

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.410 - RS (2019/0008954-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : ANITA SOARES LEMOS
RECORRIDO : UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA
AGRAVANTE : UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA
ADVOGADOS : MARCELO CORREA DA SILVA - RS032484
BRUNA JORGE CENCI - RS106833
MANOELA BRANCO CIRNE LIMA - RS105953
AGRAVADO : ANITA SOARES LEMOS
ADVOGADOS : CARLOS CÂNDIDO - RS010137
MARIANA DELLAMORA CANDIDO - RS083889

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. SÚMULA 182/STJ.

1. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais, fundada na indevida negativa de fornecimento do medicamento prescrito.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência, inviabiliza a análise do dissídio. Incidência da Súmula 284/STF.
5. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
6. Recurso especial de ANITA SOARES LEMOS não conhecido. Agravo em recurso especial de UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA. não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ANITA SOARES LEMOS, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, e

de agravo em recurso especial interposto por UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA. contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea “a” do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto por ANITA em: 24/08/2018.

Agravo em recurso especial interposto por UNIMED em: 26/11/2018.

Concluso ao gabinete em: 17/01/2019.

Ação: de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada para autorização para aquisição do medicamento prescrito, ajuizada por ANITA SOARES LEMOS, em face de UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA., fundada na indevida negativa de fornecimento do medicamento prescrito.

Sentença: julgou procedente a ação para tornar definitiva a liminar concedida e condenar a UNIMED ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00.

Condenou ainda a UNIMED ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pela UNIMED para afastar a condenação por danos morais, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. PLANO DE SAÚDE. ASMA GRAVE ATÓPICA. DETERMINAÇÃO MÉDICA DE UTILIZAÇÃO DO MEDICAMENTO OMALIZUMABE (XOLAIR). NEGATIVA DE COBERTURA. APLICABILIDADE DA LEI Nº 9.656/98. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

Embargos de declaração: opostos por ANITA, foram rejeitados.

Embargos de declaração: opostos por UNIMED, foram acolhidos, para sanar omissão quanto aos honorários, fixando em 15% do valor da condenação os honorários de sucumbência.

Embargos de declaração: mais uma vez opostos por ANITA, foram acolhidos, para consignar que os honorários advocatícios seriam fixados em 15% do valor da causa.

Recurso especial de UNIMED: alega violação dos arts. 1º, §1º e 10, I, §1º, da Lei 9.656/98 e art. 333, II, do CPC/73.

Recurso especial de ANITA: alega violação da Súmula 399/STJ, bem como dissídio jurisprudencial. Assevera que a recusa injustificada de cobertura por parte da UNIMED geraria dano moral.

Admissibilidade: o recurso especial de ANITA foi admitido e o da UNIMED inadmitido na origem pelo TJ/RS.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

I) DO RECURSO DE ANITA:

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da fundamentação deficiente

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que quanto à ocorrência de danos morais, a recorrente não alega violação a qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da divergência jurisprudencial

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência quanto à ocorrência de danos morais, inviabiliza a análise do

dissídio. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

II) DO RECURSO DE UNIMED:

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s):

- i)* incidência da Súmula 7/STJ (quanto ao art. 333 do CPC/73 - art. 373 do CPC/15);
- ii)* ausência de violação dos arts. 489 e 1.022, do CPC/15;
- iii)* incidência da Súmula 83/STJ; e
- iv)* incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.

Entretanto, a agravante, a par de sustentar a invasão da competência constitucional do STJ, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbice(s): Súmula 7/STJ (quanto ao art. 333 do CPC/73 - art. 373 do CPC/15), Súmula 83/STJ e Súmulas 5 e 7/STJ.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial interposto por ANITA SOARES LEMOS e NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial interposto por UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

